

BH/UFC
SOCIOLOGIA
BH/UFC

M

2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A CASA DO MENINO TRABALHADOR
E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE**

Siméa Viana da Costa

SOCIOLOGIA
M- 742/2003
A- 282

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Sociais da UFC, para obtenção de grau de Bacharel
em Ciências Sociais.

*Sociologia
M-742/2003
A-282*

Fortaleza - 2002

**A CASA DO MENINO TRABALHADOR E A PROFISSIONALIZAÇÃO
DO ADOLESCENTE**

Siméa Viana da costa.

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Francisco Josênio Camelo Parente - Orientador

José Estevão Machado Arcanjo

Valmir Lopes de Lima

Agradeço a Deus, este autor da vida, por ter me dado saúde, força e sabedoria; aos meus pais, José Maria da Costa e Florinda Maria Viana da Costa, e a meus irmãos, pelo apoio, carinho e amor nestes anos de estudos.

RESUMO

O presente trabalho fala da profissionalização do adolescente e estuda a Casa do Menino Trabalhador. Fala sobre a origem da profissionalização, suas características, suas teorias, sua modernidade, seu currículo. E sobre a Casa e sua profissionalização. Discorre sobre sua legislação e sobre a lei de proteção ao menor e o seu valor.

Aborda o tema da profissionalização do adolescente de forma humana e crítica. Concluindo que o adolescente é um ser em desenvolvimento e a profissionalização da Casa ajuda na sua formação geral e no seu encaminhamento para o mercado de trabalho. Seu trabalho é feito com responsabilidade e com a participação da comunidade, incluindo, inclusive, a prestação de alguns serviços sociais. Além da preparação para o trabalho a Casa incentiva a conclusão da escolaridade formal de seus alunos.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Revisão da literatura.....	9
3. A profissionalização.....	22
4. A Casa do Menino Trabalhador	28
4.1. A Trajetória da Pesquisa	32
5. Considerações Finais	42
6. Bibliografia.....	44

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um desafio. Assim, ele é valioso não só pelo esforço empenhado como pela importância do assunto tratado na medida em que toca numa ferida que assola todas as sociedades: a questão da desigualdade social e da violência social, dramática na modernidade em virtude do individualismo crônico inerente, falta de tolerância e de oportunidades. Aborda o tema de forma otimista no sentido de estudar uma das soluções ao menor carente que é a sua profissionalização capaz de amenizar a problemática e lhe trazer esperanças.

A profissionalização do menor pretende-se, pois, uma medida salutar. Numa sociedade desigual, cruel e violenta em que oportunidade de uma vida plena é para poucos, o menor é tão injustiçado pelo sistema que o tema profissionalização torna-se apaixonante. E o processo de recuperação pelo treinamento profissional poderá dar condições de o menor se inserir com menos dificuldade numa sociedade opressora. Através deste trabalho será analisado um mecanismo profissionalizante, que objetiva trazer esse ser frágil para um convívio normal na sociedade, tirá-lo da marginalidade.

A questão, então, é saber se a sociedade quer mesmo reverter o problema do adolescente carente, se tem como objetivo integrá-lo no convívio social e assim consolidar um projeto de felicidade coletiva. Impossível aceitar sociedade tão desigual. Se alguns segmentos sociais ficam desconfortáveis com a realidade cruel do menor carente e com a sua falta de perspectiva, soluções devem ser estudadas. Este é, pois, um trabalho realista, humano e atualizado que faz análise da profissionalização do adolescente carente e suas perspectivas.

A profissionalização do menor carente é uma realidade que se apresenta como solução para esta problemática da modernidade. É uma resposta concreta à produção de mais-valia para o capital, pois adolescente é uma força de trabalho barata e subordinada e a profissionalização se apresenta como básica para a recuperação de crianças e jovens que, sem este mecanismo, ficarão na marginalidade. O menor faz parte integrante da produção capitalista. Além do lado humano e do combate da marginalização que a profissionalização pode proporcionar.

A Casa do Menino Trabalhador é uma gota d'água desta realidade, que pode ajudar muitos jovens a se engajar no mercado de trabalho.

O adolescente é um ser em desenvolvimento que precisa do apoio e da proteção de todos, e estudar a sua profissionalização, é uma forma de contribuir para esse desenvolvimento.

Para perceber como a Casa do Menino Trabalhador recebe o menor carente, que tipo de atividade desenvolve e se esse processo realmente colabora para que o mesmo se insira na sociedade de forma mais efetiva, foram feitas várias visitas a essa instituição, utilizando-se várias técnicas de observação e instrumentos de verificação.

Para Gaudêncio Frigotto (1995) o capitalismo é um sistema econômico cujo objetivo primeiro e último é a obtenção do lucro para os donos dos meios de produção. O trabalhador tem somente sua força de trabalho para vender por um salário de subsistência sendo transformado em objeto. A liberdade, conquista histórica da humanidade, é imprescindível nesse contexto. O homem, no início do capitalismo, era cruelmente explorado, entretanto no seu labor ganhou consciência e se uniu para lutar contra a sua exploração, por dias melhores e trabalho digno. Surgindo o comunismo, o socialismo e a social-democracia, o trabalhador conquistou espaço na sociedade e dignidade, mas a exploração continua, embora mais amena, pois na sociedade coloca-se o lucro em primeiro lugar e não a pessoa humana e o trabalho a serviço do homem. O direito ao fruto do trabalho e à propriedade não deveria ser questionado. Se a pessoa trabalhou e adquiriu bens, tem o direito legítimo à sua posse. O direito à propriedade foi uma conquista americana histórica, consagrada em sua constituição. Também o trabalho tem que servir à sociedade e à pessoa humana para o seu bem-estar.

Não questionamos a positividade do trabalho e sim a sua maneira de servir: ver o **homem** como objeto quando o que tem valor é ser humano e não a sua produção de mais-valia. O trabalho deve ajudar o homem a construir sua vida não escravizá-lo e ser seu senhor. Assim, ao trabalho e também à educação todos devem ter acesso para com dignidade, poderem contribuir na construção da sociedade que é constituída por todos. O trabalho deve ser exercido com liberdade e em condições de realização e ser um tarefa que contribua para o bem-estar do ser humano.

Ao falarmos de analfabetismo, que realmente é muito grande em todos os países pobres e acompanha as desigualdades sociais, afetando até a qualidade de vida e o desenvolvimento mental, devemos pensar em lutar por um país educado, democrático, com liberdade, com oportunidades positivas de trabalho, tolerância, paz, amor, por uma sociedade rica e próspera. São conquistas sociais fundamentais para um mundo melhor, que ofereça proteção às nossas famílias e, conseqüentemente, às nossas crianças. O trabalho, a profissionalização e a educação sejam bandeira nesta luta.

2. REVISÃO DA LITERADURA

A marginalização dos adolescentes carentes é um desafio para a sociedade, um problema de grande relevo na medida em que eles serão os futuros cidadãos do nosso país. A profissionalização é, portanto, importante e pode ser uma das soluções, não só porque combate a ociosidade, mas, sobretudo, prepara para o mercado, incentiva os estudos, gera renda.

A profissionalização é uma necessidade instrumental e acaba sendo a única oportunidade de formação do trabalhador jovem. A profissionalização encontra-se nas mãos dos empresários, nem sempre correspondendo às reivindicações do trabalhador. Na educação o trabalho é assunto crescente na literatura pedagógica notando-se que os conservadores querem uma educação voltada para o mercado. Isso, porém é um atraso, pois assim reduz-se a educação ao capital e ao utilitarismo. Na verdade, a educação deve estar voltada para a realização e construção do ser humano e da sociedade. Além do fato de o ensino profissionalizante ser a única oportunidade de ensino dos jovens trabalhadores pobres, esta educação está entregue a uma operação instrumental que não valoriza os conhecimentos acumulados pela sociedade. Hoje é o homem de negócio que quer para o trabalhador um tipo de formação que possibilite obter mais lucro, acompanhar a produção e melhor servi-lo. O capital trabalha contra a emancipação da classe trabalhadora não oferecendo para ela uma educação propedêutica. (preliminar - parte de introdução)

Vivemos numa sociedade que não conquistou o direito à educação plena e é muito recente em sua constituição esse direito, resultado de lutas sociais, sendo grandes as dificuldades impostas pelas forças conservadoras.

“A posição passiva em face da coisa pública faz súditos e não cidadãos. A cidadania se manifesta pela via participativa, pelas exteriorizações da vontade de cada membro da sociedade política, legitimamente habilitado a intervir no processo decisório e governativo, mediante o qual se conduzem as negociações, os

negócios públicos debaixo do interesse da coletividade.”(GADELHA: 1996, p.16).

Isso é fato histórico. Nogueira mostra como era a educação na revolução industrial:

“Assim, para esses dois autores, a utilização que se fez da mão-de-obra infantil, durante o século XIX, colocou imensos obstáculos à generalização da instrução _ “quer ela se dê na escola, na família ou na igreja” _ pois que a indústria absorve o indivíduo o ano inteiro, diferentemente do trabalho agrícola que possibilita, ao menos durante os meses de inverno, que se libere algum tempo para a instrução, seja na própria escola ou em outro local. Este mesmo aspecto da questão é ressaltado por outro estudo sobre a passagem da cultura oral à cultura escrita....”(NOGUEIRA: 1990, p.74)

“Com referência à obrigatoriedade escolar improvisada, pode-se dizer que ela permaneceu sem efeito, pois o governo não se preocupou, ao mesmo tempo, em abrir boas escolas. Os industriais empregaram operários aposentados, aos quais enviavam as crianças duas horas por dia, satisfazendo assim a letra da lei; porém as crianças nada aprendiam.”(NOGUEIRA : 1990, p.75)

De acordo com Luís Antônio Rodrigues Cunha (1982), Lucília R. de Sousa Machado(1982), Dermeval Saviani(1998) e Pitak(1981), a educação é inerente à sociedade humana. O homem vive em sociedade e se desenvolve por meio da educação. A sociedade se constituiu quando o homem, para sobreviver, adaptou a natureza a si, surgindo assim o

trabalho e a educação processos inerentes à sociedade e ao seu desenvolvimento. O homem adapta a natureza a si criando técnicas e adquirindo conhecimento. Através deste processo constrói sua existência, não só com simples técnicas mas principalmente com a relação do homem com o homem e com a natureza. O trabalho e a educação são, portanto, realizações, desenvolvimento e necessidades humanas. Por isso a escola, como um centro cultural e comunitário que pode preparar para o trabalho é um importante elemento social. O trabalho e a educação são a produção da própria existência humana e a possibilidade transformadora da realidade natural e social.

“Possuidor de um tesouro de signos que tem a faculdade de multiplicar infinitamente, o homem é capaz de assegurar a retenção de suas idéias eruditas, comunicá-la para outros homens e transmiti-las para os seus descendentes como uma herança sempre crescente.”

(LARAIA: 1992, p.27)

A educação e o trabalho são realizações da pessoa humana e da sociedade, a produção da sua existência e da cultura, processo histórico e essencial para a sociedade . A educação e o trabalho são inerentes ao ser humano. Com eles e através deles o homem constrói a sua história. São cultura pois expressam uma visão de vida, uma forma de os homens se relacionarem entre si e com a natureza, sendo também um elemento social por natureza pois o homem só subsiste em sociedade. Esta constatação é muito importante para analisar a educação profissional que é uma forma de educação que nasceu do desenvolvimento das forças industriais e capitalistas, resultado da divisão social do trabalho e uma resposta à educação do trabalhador, que tem nela a sua única oportunidade de educação.

A educação e o trabalho são inerentes ao homem e à sociedade, devendo o homem deles participar plenamente e ter acesso a uma sólida formação científica e tecnológica. Uma sólida formação científica e tecnológica é a melhor forma de a escola preparar o homem para o trabalho, pois ela lhe proporciona os conhecimentos básicos exigidos pela sociedade para a sua atuação e transformação e os conhecimentos historicamente adquiridos pela humanidade. Logo, numa sociedade moderna e tecnológica como a nossa uma forma-

ção educacional se faz necessária. O trabalho e a educação são uma realização humana, um direito de cidadania e devem ser vistos como elementos sociais. A educação prepara para vida e o trabalho constrói e transforma a sociedade não deixando a pessoa ociosa, levando-a a interagir positivamente na sociedade e contribuir para geração de renda. Assim, a profissionalização não deve ser voltada apenas para o desenvolvimento de alguma habilidade manual ou técnica, mas também para o crescimento pessoal, abrindo os horizontes intelectuais para novos conhecimentos.

Como parte da educação o trabalho tem sido de grande contribuição para o trabalhador e para o menor carente, dando-lhes melhores chances de emprego e de atender melhor o mercado de trabalho. O trabalhador deve lutar não só pela profissionalização, importante na divisão social do trabalho, mas por uma educação plena e sólida como a forma de melhor participar do conhecimento gerado pela sociedade e como uma forma de democratizar o conhecimento humano e melhorar a qualidade de vida da pessoa, pois uma pessoa letrada participa melhor e plenamente da sociedade.

A Casa do Menino Trabalhador, instituição profissionalizante escolhida para a realização deste trabalho, só profissionaliza jovens que estiverem estudando como uma forma de influenciar e encaminhar para os estudos.

A Casa vê na profissionalização um elemento humano e social que pode promover a cidadania, a valorização da vida, a integração e a participação na convivência humana. A profissionalização, nascida da divisão social do trabalho, é uma educação social e, mais ainda, para o trabalho, importante para a realização da produção capitalista. Muitas profissionalizações apenas adestram, não dando uma visão ampla do trabalho, mas esforços têm sido feitos no sentido de ampliar seu âmbito de ação por área de conhecimento. A profissionalização tem um papel muito importante para sobrevivência do sistema, favorecendo a sua preparação e reciclagem, do trabalhador. Porém ela está nas mãos do empresariado que, apesar de zeloso e prático, é contra a emancipação da classe trabalhadora e só lhe dá o conhecimento necessário ao desempenho de uma profissão.

Vale ressaltar que a profissionalização é muito importante, é uma parte da educação que pode contribuir para dinamizar os meios de produção e a sociedade, possibilitando um modo de ver e construir a vida. Faz parte de uma sociedade heterogênea e cheia de contradições, sendo o único meio de formação do trabalhador:

“O saber e o poder não são condições estáticas e objetivas. Sofrem as determinações históricas de cada época, dependem do tipo de relações de produção que se estabelecem em cada sociedade e são definidos por critérios que não contrariem os interesses das classes dominantes. Segundo Gorz, as qualificações e competências são antes definições ideológicas e sociais, para prolongar a divisão social do trabalho, do que propriamente requeridas pela a divisão técnica do trabalho, a partir de dados científicos e ideologicamente neutros”.

(MACHADO: 1982, p.139)

“Ora, a educação é inerente à sociedade humana, originou-se do mesmo processo que deu origem ao homem. Desde que o homem é homem ele vive em sociedade se desenvolve pela mediação da educação. A humanidade se constitui a partir do momento em que determinada espécie natural de seres vivos se destacou da natureza e, em lugar de sobreviver adaptando-se a ela necessitou, para continuar existindo, adaptar a natureza a si.

Em conseqüência do fenômeno acima apontado, o homem tem de se apropriar da natureza e transformá-la de acordo com suas necessidades, sem o que ele perece. Para continuar existindo o homem necessita produzir sua própria existência. E a forma de sua existência é determinada pelo modo como ele produz ou, já que o homem só existe em sociedade, a forma da sociedade é determinada pelo o modo como é produzido a existência humana em seu conjunto.”(SAVIANI: 1998, p.1)

De acordo com Sadi Dal-Rosso(1985) e Antônio Carlos Gomes Costa(1990) o Estatuto do Menor é uma conquista da sociedade brasileira da década de 80 e 90. É uma lei que protege e assegura os direitos do menor e do adolescente. Antigamente o menor carente era visto como infrator e tratado como tal. No Ceará, na década 60 criou-se a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Ceará, casa de apoio ao menor, uma entidade encarregada de recuperar e de tratar o menor carente, mas que lamentavelmente passou a marginalizá-lo não lhe dando uma recuperação digna. O Estatuto é a lei que visa resgatar os direitos do menor carente e proporcionar os direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente e sua proteção social.

Com o Estatuto acabou-se a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e suas entidades, e suas casas de apoio passaram para a Secretaria Social e do Trabalho do Estado como a Casa do Menino Trabalhador, que continuou o seu trabalho. A derrota da FUNABEM foi a falta de uma recuperação digna do menor e o trato com calor humano. Um problema crônico como a marginalização de uma grande parte da população por falta de emprego, estudo e atendimento dos serviços básicos não pode ser resolvido por uma instituição. O Estatuto, derivado das Convenções dos Direitos da Criança, de 1986, vem resgatar o menor, olhando-o como ser humano e pessoa em desenvolvimento. Sem dúvidas é uma das conquistas sociais de grande peso pelo seu caráter humanista e igualitário. Entretanto, o Estatuto apesar de ter garantido a proteção social, as garantias fundamentais e proibido o trabalho do menor, ele ainda tem muito a conquistar como o bem-estar econômico do menor e resgatar o menor carente.

A criança vem de um lar e de uma comunidade e deve ter seus direitos e garantias fundamentais protegidos. Se o lar e a comunidade estão marginalizados, como cuidar da criança se a sociedade não cuida? O adolescente carente vem de um ambiente de pobreza muito grande caracterizado por falta de garantias humanas, trabalho e formação. Cedo o adolescente carente começa a realizar trabalhos penosos, perigosos, insalubres, e muitas vezes sem remuneração nenhuma para ajudar no diminuto orçamento familiar. Na juventude, ou serão mortos, ou marginalizados, ou estarão na fila do subemprego. A profissionalização pode salvar esses jovens, ajudando-os a entrar no mercado de trabalho, qualificando-os apesar das suas limitações.

O menor carente vem de um lar em que os pais ganham um salário mínimo ou no máximo dois, não têm educação completa e moram em bairro marginalizado e em precárias condições.

Legalmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente a idade mínima para o trabalho do menor é 14 anos, 12 anos como aprendiz com bolsa de aprendizagem, o que vem sendo utilizado como modo de burlar o Estatuto, pois em todo trabalho o menor é considerado aprendiz. O trabalho do menor é utilizado para o lucro do capital por ser uma mão-de-obra barata e subalterna. Mas o menor precisa brincar, ter uma infância livre e se dedicar aos estudos para um bom desenvolvimento mental e físico. O menor carente cedo começa a trabalhar e não estuda, ficando prejudicado em seu desenvolvimento físico e mental. O trabalho é permitido ao jovem maior de catorze, porém o estudo deve ser priorizado para que tenha uma formação completa.

Vejamos uma pequena parte do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8069/90). São direitos da criança e do adolescente:

- Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.
- Direito à especial proteção para seu desenvolvimento físico, mental e social.
- Direito a um nome e a uma nacionalidade.
- Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas.
- Direito à educação e a cuidados especiais para criança física ou mentalmente deficiente.
- Direito ao amor, à compreensão e à proteção por parte dos pais e sociedade.
- Direito à educação gratuita e ao lazer.
- Direito a ser socorrida em primeiro lugar, em caso de catástrofes.
- Direito à ser protegida contra a negligência, a crueldade e a exploração.
- Direito à proteção contra a discriminação e a ser criada em um espírito de fraternidade universal, paz e tolerância.”

Na Constituição Federal lê-se:

Art.227- “ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta

prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. ”

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei que visa o bem-estar da criança e do adolescente e sua proteção social e política, vendo-o como ser em desenvolvimento e futuro cidadão. Garante na lei seus direitos essenciais como a educação, saúde, alimentação, lazer e sua proteção social. Proíbe o trabalho aos menores de catorze e o trabalho desumano ao adolescente e garante todos os direitos trabalhista ao maior de catorze anos. A profissionalização é muito bem vinda ao adolescente desde que acompanhada dos estudos. A lei da profissionalização do menor tem para o bem-estar e o reconhecimento do valor do adolescente um valor inestimável. Foi uma arma contra o trabalho infantil, banindo o trabalho desumano do menor e garantindo os direitos trabalhista ao maior de catorze ano. Uma das coisas que consumia a infância brasileira era o trabalho infantil uma vez que ele era gratuito, ou de renda muito pequena, explorador, cruel, perigoso. E ainda nos assola apesar das importantes conquistas.

Hoje a lei garante a proteção que a sociedade e nossas famílias devem a este menor e o espírito de fraternidade universal, paz, tolerância e igualdade que nós devemos a nossas crianças.

Apesar disso, o que realmente se vê é a criança e o jovem serem vítimas das desigualdades sociais, da falta de fraternidade, de paz e de tolerância. O carente é tratado como marginal e discursos enfáticos são comumente ouvidos para que assim continue a ser tratado. Por isso não estão protegidos contra a negligência, a crueldade e a exploração.

A família e a comunidade são o lar, por excelência, da criança onde ela deve encontrar apoio e amor.

A profissionalização vem ajudar este menor. Dando-lhe uma ocupação e encaminhando-o para os estudos, o que é muito importante para sua realização e melhor participação na sociedade.

As desigualdades sociais brasileiras são fruto de uma sociedade e economia excludentes que não valorizam o ser humano e sim o lucro. De uma economia que não prepara o cidadão para participar plenamente da sociedade e do trabalho, não lhe garantindo emprego digno.

De acordo com Dermeval Saviani (1998), a legislação atual sobre educação profissional não define instâncias, competências e responsabilidades e não adveio de um processo democrático. A classe empresarial é quem cuida da educação profissional, mas ela só dá a educação “necessária”, ou seja, a instrumental, pois tem medo da emancipação da classe trabalhadora. Uma legislação sobre educação deve ser centralizadora, autônoma, pluralista, humanista, democrática, solidária, libertadora, visando à realização e ao desenvolvimento da pessoa humana e à interação comunitária, o que nossa legislação é, em parte. Reconhece que o trabalho deixa de ser um fim para tornar-se um dos aspectos da formação geral do educando.

A Lei 5.692/71 procurou combater a eterna divisão entre ensino propedêutico para a elite e profissional para a massa, com a universalização da escola profissional e seu enquadramento no ensino secundário, podendo o aluno, através dela, continuar os estudos em qualquer faculdade ou área técnica e se transferir para outras modalidades de ensino sem perdas. A educação profissional não conseguiu se realizar por falta de professores especializados e pelos problemas de ordem econômica, alterada pela Lei nº 7044/82.

Hoje a legislação reconhece as conquistas da Lei 5.692/71 na qual o ensino secundário integra o trabalho na formação do educando e introduz continuidade e terminalidade do grau uma conquista educacional de grande relevo.

Nesse sentido a LDB atual, lei 9.394/96, diz o seguinte :

Art.37- A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

I-Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas às características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

II- O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do

trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art.38- Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Art.39- A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Art.40- A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art.41- O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, no que respeita à profissionalização, temos o seguinte :

Art.60- É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 61- A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do dispositivo nesta Lei.

Art.63- A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I-garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II-atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III-horário especial para o exercício das atividades;

Art. 65- Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art.66- Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

A Legislação Educacional tem como objetivo a cidadania e a preparação para uma vida produtiva. Exige uma educação de jovem e adulto, flexível com a condições do aluno, reconhecendo a educação no local de trabalho e desenvolvendo uma profissionalização junto com o estudo. Visa também a tecnologia e a pesquisa. Pretende ser humana, mo-

terna e liberal. Pretende garantir uma legislação moderna e humana para consolidar a educação brasileira e ser um direito de todos à educação e que todos tenham acesso. Realmente sem essa postura a educação fica sem diretriz. Apesar de não definir competência e responsabilidades. A educação profissional é apenas uma parte na legislação da educação e obedece as condições do aluno, ou dado por escolas especializadas. Ela a conceitua como realmente uma profissionalização que enrique os conhecimentos do trabalhador.

Ela tem que ser centralizadora para dar objetivos educacionais e unir a educação do território, ser também independente, não se sujeitando a nenhuma arbitrariedade, pluralista rica em métodos e conhecimentos, humanista principalmente visando o valor a vida e do ser humano, educando seres dignos. Precisa ser democrática feita com a participação de todos nós e que cultive a libertação das opressões e desigualdades humanas, e que vise a interação comunitária tornando a educação mais humana. Assim o aluno aprende a participar da comunidade.

O Estado não é um mero espectador, ele é responsável pelo direito à educação. Através dele nos socializamos, reconhecemos as nossas conquistas, como os direitos humanos, levando em conta que somos seres políticos que vivem em comunidades, dotados de razão e sensibilidade. O trabalho e a educação são criações humanas não devendo, portanto, um suplantar o outro mas ambos estarem juntos servindo ao homem.

Para a Organização das Nações Unidas e para a UNICEF a família é o berço da sociedade e nela a criança e o adolescente devem encontrar amor, compreensão, educação, apoio, os seus direitos básicos, tão necessários ao seu desenvolvimento. As desigualdades sociais desfazem os lares. A criança e o adolescente se vêem desprotegidos. A falta de emprego, de educação básica e de educação profissional é apontada como uma das causas principais do seu abandono. Sendo uma necessidade do capital, o trabalho infantil passa a ser uma força de trabalho barata e subalterna. Entretanto a situação pode mudar com investimentos na educação, na profissionalização, na criação de empregos para realização humana. A criança carente cedo trabalha, primeiro no setor informal e depois no trabalho formal. Ela não estuda e não tem educação. A profissionalização vem olhar para esta criança, educando-a para a vida em sociedade e gerando renda. Também encaminha a criança e o adolescente para o estudo, dando-lhes acesso às fontes de cultura.

Tivemos nossas conquistas na área da profissionalização, apesar das contradições e dos desníveis sociais, mas precisamos mais como sociedade civil, precisamos lutar por uma verdadeira democracia, por uma sociedade democrática. A profissionalização deve ajudar o jovem carente na sua dura caminhada, não sendo um fim mas uma passo na realização de sua formação educacional, necessária para que participe ativa e plenamente da sociedade e se realize como pessoa.

“Ocorreram mudanças significativas na ordem natural dos fatos, trazendo esperança e ansiedade a todas as famílias. Toda humanidade está sofrendo. A pobreza, a fome, a ignorância e as doenças destroem vidas. Os programas para os necessitados têm seus orçamentos reduzidos e conflitos étnicos e territoriais levam milhões de refugiados à miséria. As famílias e, principalmente, as crianças, são terrivelmente atingidas por essas tragédias. Muitos desagregam-se diante de tanto sofrimento. Entretanto, mesmo em tempos difíceis, a força primordial da família ajuda a manter as comunidades íntegras. Ajudando-se as famílias fortalece-se a sociedade em sua base. Protegendo-se as crianças e tornando-se adultos produtivos, as famílias garantem nosso futuro. As famílias sólidas são, em suma, a linha de defesa da sociedade.”(UNICEF: 1994, p.1)

“Nos locais mais pobres do mundo, as crianças contribuem para o aumento da renda familiar e são, também, o apoio dos seus pais na velhice. Crianças ainda jovens tomam conta dos irmãos e irmãs menores, ajudam nas tarefas domésticas e desenvolvem trabalho remunerados nas ruas ou em subempregos.

A Convenção dos Direitos da Criança protege as crian-

ças que trabalham e garante seus direitos à educação e ao lazer.

Calcula-se que o Reino Unido uma família terá investido 100 mil dólares em uma criança quando ela completar 15 anos. Em Java, um menino de 15 anos terá contribuído tanto quando sua família terá gasto com ele. Em muitos países em desenvolvimento, os pais pobres vêem seus filhos como forma de seguro para sua velhice. Hoje, medidas que reduzem a mortalidade infantil, como cuidado com a saúde e saneamento, dão mais segurança aos pais reduzindo, conseqüentemente, as taxas de natalidade.

Em alguns países em transição entre o sistema de economia centralizada e o sistema de livre mercado, as famílias estão assumindo responsabilidades até então desempenhadas pelo Estado. O papel da família torna-se importante quando não existem planos de pensão, seguro de saúde ou auxílio-desemprego.” (UNICEF:1994, p.27)

“O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-lo mas o de protegê-lo. Trata-se de um problema não filosófico, mas político.” (GADELHA:1996,p.3).

3. A PROFISSIONALIZAÇÃO

As teorias do ensino técnico, de acordo com Lúcia(1982), são o estrutural- funcionalismo, uma concepção evolucionista, positivista, estrutural e funcional. A sociedade é um organismo perfeito e a marginalização deve ser estudada para que este problema seja absolvido positivamente pelo organismo social. Na teoria do capital humano o trabalhador é um capitalista da sua força de trabalho e a educação, um investimento capitalista no qual é importante a liberdade da mão-de-obra. E a teoria da modernização propõe que a sociedade menos desenvolvida deveria desenvolver-se através da transformação individual, da educação, do estado equilibrado e atuante e do crescimento econômico. Todas estas teorias são capitalistas e representam a visão do capital. Nem a sociedade é um organismo perfeito, nem a educação é um capital e nem o desenvolvimento é o fim da história. Somos uma sociedade cheia de contradições e conquistas sociais e individuais.

De acordo com Lucília R. de Souza Machado (1982) e Dermeval Savani(1998), a história da profissionalização brasileira começou em 1909 com as escolas artesanais e assistencialistas. Com o surgimento da indústria, a profissionalização tornou-se uma necessidade. Começou com escolas técnicas particulares querendo ser reconhecidas e lutando por uma legislação específica. Conseguiram. A legislação era apenas estadual, reconhecia o ensino técnico e criou as escolas técnicas do Serviço Nacional da Indústria - SENAI e do Serviço Nacional do Comércio - SENAC. Depois foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 20.12.1961, que federalizou e centralizou a educação, apesar de deixar espaço para o poder local. A educação se tornou gratuita, livre à iniciativa privada, e a profissionalização ficou nas mãos dos empresários, sem continuação dos estudos e por habilitação. Depois houve a reforma de 1971 que tornou a educação profissionalizante obrigatória com o objetivo de preparar recursos humanos para servir as empresas, dentro de uma visão desenvolvimentista. A educação profissional voltou a ser uma parte da educação fundamental com as conquistas educacionais voltando às mãos dos empresários, em 1982. Sempre houve separação entre escola para o trabalhador, profissionalizante, e escola para a elite rumo à universidade, propedêutica, situação que reina até hoje devido à própria divisão do trabalho em: manual, para o trabalhador, e intelectual, para a elite.

Para Luís Antônio Rodrigues Cunha e Lucília R. de Souza Machado(1982) o ensino fundamental do estado é fraco, carente de tudo e não existe para todos. A falta de uma boa educação básica é um fator de atraso na educação profissional, grande parte da população é semi-analfabeta. A profissionalização é mais eficaz no trabalho onde se aprende na prática, ou em cursos gratuitos dados pelas fábricas, no local de trabalho. Também em cursos dados em escolas industriais. O ensino profissional se divide em: área industrial, comercial e agrícola. É por ocupação e não por área de habilitação, o que limita o trabalhador. Vem sendo tentada uma mudança desta realidade para que seja dada uma visão mais ampla do trabalho. O trabalhador ganha consciência política no labor, mas precisa também de ajuda econômica para estudar. O ensino industrial é o melhor ensino profissional.

A profissionalização é cara por causa das maquinarias e do espaço e geralmente são utilizados desenhos e pequenos protótipos. O treinamento e a teoria são desatualizados. Os alunos irão se qualificar mesmo é no trabalho onde aprendem o que está sendo utilizado pelo o capital, que reconhece esta educação. O capital é que define a educação e a produção.

O currículo profissional se divide em: básico, composto de disciplinas instrumentais como inglês e matemática, técnico, com disciplinas técnicas, e formação para a cidadania, constando de higiene pessoal, educação sexual e outras. A educação profissional não é para todos e sim para uma elite de trabalhadores. Os comportamentos sociais exigidos do trabalhador devem ser ensinados na profissionalização como: senso de responsabilidade, obediência, disciplina, limpeza, higiene, proteção contra acidentes de trabalho, cooperação, capacidade de comunicação e de raciocínio, capacidade de abstração, iniciativa, boa apresentação e trabalho com símbolos. Dos anos de 30 a 80 o trabalhador era apenas um mero reprodutor da força de trabalho o que facilitava a educação no local de trabalho. A profissionalização deve visar o trabalhador e não o lucro, promovendo a prática da cidadania, da humanização, promovendo a vida.

O sindicato é muito importante nesse processo, pois é a voz do trabalhador. Ele propõe agências de trabalhos e cursos, achando que a educação deve ter como prioridade o trabalhador. O trabalhador pensa na profissionalização para realizar-se como cidadão. As profissionalizações mais caras são proporcionadas pelo estado e ocorre nos lugares onde a

industrialização é avançada e nas capitais. Entretanto, há escolas artesanais em pequenos municípios.

O ensino profissionalizante deve ser democrático, participativo, centralizado, prático e teórico, objetivando o mercado de trabalho e voltando para a continuação dos estudos. Deve visar também a integração e participação na convivência humana, preparando para o trabalho dinâmico, participativo, cooperativo e eficaz. A função da profissionalização é instrumentalista, mas constitui o único meio de o trabalhador adquirir conhecimento embora incompleto pois não favorece a aquisição dos conhecimentos acumulados pela sociedade. A função de técnico está entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Há muitas vagas no mercado de trabalho para técnicos devido ao desenvolvimento industrial, mas nosso país convive com indústrias modernas e antigas. O operador normalmente é assíduo aos cursos profissionalizantes, pois eles podem contribuir para seu progresso no emprego. Mas a profissionalização infelizmente adentra o trabalhador.

É importante o contato do aluno com a realidade da fábrica para enriquecimento dos estudos e ampliação dos horizontes escolares. A organização escolar pode fazer o aluno mais participativo e aplicado. O professor deve ajudar os alunos e apoiá-los, sendo amigo deles, facilitando a aprendizagem e encorajando-os. O professor não é inimigo do aluno e sim seu mais leal e necessário companheiro. Na Casa do Menino Trabalhador o professor é amigo dos alunos e realizam juntos um trabalho coletivo, dinâmico, cooperativo e eficaz. A passagem da escola para o trabalho deve ser encarada com cuidado para não haver choque as duas realidades. Uma pesquisa de campo sobre o trabalho, focalizando a necessidade de profissionalização e a continuação dos estudos seria indicado. O ensino profissional é oferecido nas empresas, no SENAI, no SENAC, nas entidades empresariais e sindicais, na ex-FEBEMCE e nos grupos de apoio. O professor é universitário, ou formato em cursos profissionalizantes, ou trabalhadores especializados.

De acordo com Mauro Augusto Burkert Del Pino(1997), estamos em plena terceira revolução industrial, baseada na microeletrônica e na informática, com aparelhos de última geração. Isso requer uma boa educação geral e ampla profissionalização. Num país de miseráveis como o nosso, a mera utilização de aparelhos modernos torna-se difícil e é grande o desemprego estrutural. O empresário investe em cursos profissionalizantes, objetivando melhorar o desempenho do trabalhador. A terceira revolução industrial exige trabalhador

qualificado e não adestrado, possuidor de raciocínio, inteligência, iniciativa, cooperação, atenção, disciplina, capacidade de abstração, que trabalhe com símbolos, possua uma formação profissional ampla e moderna. Hoje o trabalhador, além da produção, é responsável pela limpeza e manutenção do local de trabalho, qualidade da mercadoria, e também por várias tarefas ao mesmo tempo, quando substitui um faltoso. Quanto mais as forças de produção evoluem mais conhecimento exigem. Enquanto a lógica for a do capital, a educação corre o risco de ficar a serviço dos interesses econômicos e os seus efeitos devem ser atenuados com a formação de profissionais com uma visão da realidade social e cultural e não apenas treinados para desempenhar determinadas tarefas em uma empresa.

A informática tem papel principal na revolução industrial por elas muitas máquinas são coordenadas e automatizadas e as tecnologias de ponta também são importantes. Necessitando de estudos mais complexos no trabalho do trabalhador. Hoje o trabalhador tem que possuir os estudos básicos completos e uma profissionalização moderna que conheça a área de trabalho e não somente mero produtor da mão de obra. Tem que usar de qualidade no serviço e de inteligência. Abstrair o conhecimento. Possuir iniciativa e participar ativamente da produção. Como estas obrigações não são preenchidas é grande o desemprego pois na maioria das vezes não se tem nem os estudos básicos completos. E a profissionalização não é moderna nem ampla pretendendo somente adestrar o trabalhador. Se qualificando mesmo no trabalho. Procura-se mudar esta realidade com supletivo e uma profissionalização mais ampla. Mas é uma realidade difícil pois o ensino básico é defasado e a profissionalização ruim. O trabalho ajuda em muito o trabalhador a se profissionalizar o tanto chance de estudo, prática e profissionalização. Quando mais as forças de trabalho evoluem mais conhecimento exigem do trabalhador inclusive propedêutico, são evoluções de grande porte que exigem na fábrica não mais só simples reprodução da força de trabalho mas um trabalho com qualidade, participação e inteligência. Abstraindo o conhecimento e trabalhando com símbolos. São atitudes que advêm de um ensino básico, completo e moderno.

Vimos como a profissionalização tem uma característica social e é importante para a produção e para complementar a educação do trabalhador. Mas devido ao nosso sistema excludente, ela se restringe à formação do trabalhador. Prepará-lo por área de habilitação lhe daria uma oportunidade de ingresso maior no mercado de trabalho. Poderia realmente ajudar o trabalhador a ter um desempenho mais eficiente se enriquecido por uma educação

básica. O trabalho recupera os marginalizados tornando-os úteis à sociedade, ocupando-os, criando responsabilidades na convivência com outras pessoas, dando sentido à vida e gerando renda e muitas vezes proporcionando o estudos básicos e profissionais.

“Viu-se anteriormente que a máquina não é um mal em si. São as relações sob o capital que geram as contradições, criam massas de desempregados e concentram a renda. Assim, as novas tecnologias não podem ser analisadas fora do contexto da utilização capitalista. O que se pode fazer, isto sim, é procurar influenciar em variáveis como a forma de distribuição dos benefícios da tecnologia, no ritmo de sua difusão e no grau de internalização de sua geração e adaptação. Deste modo, poderá ser possível minorar os impactos do desemprego e possibilitar uma reciclagem profissional que auxilie na requalificação dos trabalhadores.”

(PINO: 1997,p.51)

“Esta exigência de múltiplas tarefas por parte dos trabalhadores que atuam nestas mini-fábricas faz surgir palavras como politecnia, operário polivalente, qualificação e outras que são utilizadas para expressar o enriquecimento de tarefas e a necessidade que surge de o operário participar diretamente do planejamento e do controle de qualidade dos produtos. A educação surge, então, como um componente decisivo no sentido de capacitar de forma genérica e não de forma especializada.”(PINO:1997, p.68)

“Entretanto, não é suficiente que estas atribuições sejam simplesmente incorporadas no fazer de cada traba-

lhador. É fundamental a conscientização de cada integrante da produção em torno da importância de produzir qualidade. Isto significa que além de aprender a fazer qualidade os operadores devem querer fazer qualidade. Para isto são realizados diversos cursos e treinamento visando alterar certos costumes, incorporar novos hábitos e mantê-los no cotidiano dos trabalhadores. Para ilustrar este objetivo, foram extraídas algumas mensagens passadas nos vídeos de treinamento:”(PINO:1997, p.84)

4. A CASA DO MENINO TRABALHADOR

Justifica sua atuação da necessidade de profissionalizar e realizar um trabalho educativo que favoreça o desenvolvimento pessoal e social dos educandos através de cursos profissionalizantes, promovendo conteúdos que promovam a cidadania.

A proposta maior é trabalhar o adolescente com foco na família e comunidade. Para a sua manutenção contam com recursos do Tesouro do Estado e recursos de convênios com o PEQ/SINE e BID.

Objetivos:

- Promover a educação profissional de adolescentes tendo em vista a formação e desenvolvimento de suas potencialidades humanas e profissionais.
- Conscientizar os adolescentes acerca dos seus deveres e direitos, despertando-os para o exercício pleno da cidadania.
- Envolver a família em todo o processo sócio-educativo desenvolvido.
- Proporcionar ao adolescente a formação de hábitos e atitudes exigidos na vida em sociedade e mais especificamente no mundo do trabalho.
- Contribuir para a formação de valores éticos e morais comprometidos com a construção de uma cultura de paz e com a preservação do meio-ambiente.
- Contribuir para a formação espiritual dos adolescentes.

Destacamos que a experiência prática vivenciada pelos adolescentes durante o curso como sendo o ponto mais inovador do projeto pois contribui efetivamente para acelerar a aprendizagem e conferir maior qualidade ao processo formativo pessoal e profissional dos mesmos.

Seu público alvo é o adolescente de 16 a 18 anos que estejam matriculados e frequentando as escolas da rede de ensino público, procedentes de família da baixa renda de toda região metropolitana de Fortaleza.

A Casa foi inaugurado no dia 11 de outubro de 1988, o propósito definido como essencial era apresenta-se aos meninos e meninas de ruas e praça da região metropolitana de Fortaleza como alternativa da educação pelo o trabalho. No início foram engajadas ape-

nas 60 adolescentes na faixa 14 a 17 anos em oficinas de produção. Neste doze anos passou por várias reformulações até sua forma atual em 1999.

São ensinadas habilidades básicas e habilidades específicas teóricas e práticas. Existem dois tipos de cursos os permanentes, aqueles ministrados permanentemente pela CMT e outros varáveis que dependem de um cronograma elaborado em parceria com o PEQ. São permanentes: produção de doces e salgados, produção de sorvestes e picolé, organização de eventos, técnicos de vendas, atendimento em lanchonetes, auxiliar de almoxarifé, auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais. Contando com uma central de produção de doces e salgados, uma central de produção de sorvetes e picolés, uma central de vendas e seis lanchonetes. Duram seis meses com carga horária de 528 h/a tendo bolsa de meio salário mínimo, além de alimentação, serviço médico e odontológico, social, pedagógico, religioso e vale transporte, funciona 2ª a 6ª. O variável é o de informática. De duração de 3 meses com os mesmos benefícios. Encaminhando para emprego através do NITEC, Núcleo de Iniciação ao Trabalho Educativo e Capacitação, ao qual o adolescente formado se inscreve e é encaminhado para o emprego ou fica esperando uma chance.

De acordo com a última estatística da Casa, de março de 2002:

Número efetivo do mês anterior:	362
Número efetivo do mês atual:	192
Masculino:	93
Feminino:	99
Número de Aprendizes:	—
Número de adolescentes engajados no curso de atendimento em lanchonete:	69
Número de adolescentes engajados no curso de produção de doces e salgados:	63
Número de adolescentes engajados no curso de vendas de doces e salgados:	30
Número de adolescentes engajados no curso de auxiliar de serviços gerais:	06
Número de adolescentes engajados no curso de produção de picolés/ sorvetes:	16
Outros(eventos):	18
Subtotal:	192
Números de adolescentes admitidos na Unidade:	—
Números de adolescentes desligados:	015

Número de adolescente concludentes:	155
Número de encaminhamentos:	–
NITE	043
ABC	–
SINE	–
Número de adolescentes matriculados na Escola:	192
Número de demanda:	270
Número de famílias engajadas:	192
Número de reuniões com a família:	–
Número de visitas domiciliares:	01
Número de visitas às instituições:	–
Número de atendimento médico:	157
Número de atendimento odontológico:	086
Número de instituição que apóiam o programa:	065
Bolsas aprendizagem concebidas	347
Vales transporte distribuídos	19.324

A Casa do Menino Trabalhador é uma casa de profissionalização do adolescente, da região metropolitana de Fortaleza, e foi inaugurada no dia 11 de outubro de 1988. Anteriormente pertencia à FEBEMCE, que era subordinada a FUNABEM. A FEBEMCE desenvolvia um trabalho de prevenção e assistência ao menor carente e sua família vendo-os como seres necessitados, mas não foi um trabalho educativo e sim repressivo, tratando o menor como marginal. Na teoria era um trabalho muito positivo, pois queria ao mesmo tempo prevenir e sanar as necessidades do menor.

Movimentos sociais em prol do bem-estar do menor e de seus direitos básicos resultaram no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei que garantiu os direitos do menor e sua proteção política e social e que foi responsável pelo fim da FEBEMCE. A Casa do Menino Trabalhador liga-se à Secretaria de Ação Social e Trabalho, do Estado. Lei 8 069/90, rege a Casa. Socialmente o Estatuto ainda tem muito que conquistar. O menor continuou sendo vítima certa das desigualdades sociais e envolvido no ciclo de pobreza e de violência.

Daí por que o menor carente pode encontrar na profissionalização uma cura para os males, pois ela gera renda e educa.

Para o governo do Estado,

“Cidadania, é o pleno gozo de todos os direitos civis e políticos do cidadão de um país. Deve –se desenvolver a cidadania na família, no trabalho e na sociedade em geral. O jovem precisa ter consciência de sua cidadania e identificar-se como cidadão.

Trabalho e emprego, ambos tem o mesmo significado. O emprego é o vínculo a algo produtivo, no qual há remuneração. Trabalho qualificado, ação especializada, cuja atividade exerce conhecimento técnico e científico.

Trabalho não qualificado, é ação não especializada, é uma função que não exige conhecimento específico. Mas todas são dignas de respeito, pois são exercidas por pessoas .Devemos optar pela qualificação pois a pessoa sendo qualificada as possibilidades de sucessos são mais freqüentes.” (Governo do Estado do Ceará, p. 7)

Este empenho é de um valor educacional e profissionalizante bastante importante para o aluno humilde da região de Fortaleza pois o educa para o mercado de trabalho, lhe dá uma profissionalização com ajuda social, encaminha para o mercado e para os estudos. Além de obedecer ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a constituição da profissionalização tudo isso com calor humano.

Estimulando o adolescente a trabalhar na comunidade. O trabalho da Casa conta com a participação da família e da comunidade o que torna o ambiente mais acolhedor e humano. Ao estimular ao trabalho, ajuda o adolescente a colaborar no orçamento familiar, além de tirá-lo da marginalidade e integrá-lo na sociedade, pois oferece ocupações exigidas pelo mercado de trabalho.

“Só uma mão-de-obra educada pode ser qualifica-

da. Hoje os países que mais crescem e se desenvolvem têm suas estratégias alicerçadas no aumento significativo do nível de escolaridade da população. Somente assim esses países podem dispor da mão-de-obra altamente qualificada de que as indústrias e atividades econômicas modernas necessitam. Educar significa formar melhores profissionais, produzir mais, desperdiçar menos, ter mais desenvolvimento.

Justiça social só se alcança através da educação. Educar é ensinar as pessoas a pescar ao invés de dar o peixe. Através da educação, elas vão conhecer melhor os seus direitos e vão lutar por eles. Vão se preparar melhor para o mercado de trabalho e terão mais chance de vencer na vida. Um povo com acesso ao ensino básico, médio e superior está melhor preparado para solucionar suas questões mais graves. Educar é ter mais gente qualificado para trabalhar, produzir, pensar. Na escola não se ensina apenas ler e escrever, se ensina principalmente a crescer e a construir um futuro melhor para todos. Educar é colocar nas mãos do cidadão o seu próprio destino.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: 1995, p.4).

4.1. A Trajetória da Pesquisa:

Para os fins deste trabalho, foram feitas quatro visitas à Casa do Menino Trabalhador, quando observamos a Casa e conversamos com a assistente social e com a diretora. Anotávamos tudo. Isso nos meses de março e maio de 2000. Fizemos uma entrevista aberta com os alunos e os trabalhadores da Casa. Lemos bastante sobre o tema menor e a profissionalização, ao todo 20 leituras que apresentam uma visão realista e atualizada do tema, nos meses de julho a outubro. Foram feitas duas entrevistas sobre o menor carente da Casa e o levantamento de cinco histórias de vida dos alunos da Casa, em outubro.

Nas duas primeiras visitas observei a Casa, nas outras duas fiz entrevista aberta com os alunos, professores e diretores que responderam o questionário com vinte perguntas que tratava do aluno e do curso. E numa última visita foi feita a história de vida na qual os alunos contavam sua experiência de vida e do curso.

Não foi difícil ter acesso a Casa ao qual eu pedi permissão à diretora todos cooperaram e me trataram muito bem. Estive neste conhecimento da Casa sob orientação da assistente social da casa que me orientou sobre a mesma inclusive me dando alguns segredos da Casa. Recebi também o Estatuto da Criança e do Adolescente e um livrinho sobre a habilitação básica e um roteiro de ensino, e a presença do semestre mostrando quando estão matriculados e o engajamento da família.

As leituras foram ao todo vinte que falava sobre profissionalização dos adolescentes. Li e depois fiz uma revisão da literatura sobre a leitura com fichamento e resumo. Enfim foi um trabalho extenso, buscando refletir de fato sobre a realidade da profissionalização do menor.

A rotina da Casa começa com a matrícula na sala da assistente social, que conversa com os pais e encaminha o menor para o curso adequado. O aluno deve ter 16 a 18 anos, morar na área metropolitana de Fortaleza e estar estudando, normalmente. A família assiste a palestras. A assistente social da Casa visita as famílias. Datas festivas são comemoradas para estimular a participação da comunidade. Os cursos duram seis meses e fazem parte do currículo os conceitos de cidadania, o comportamento no trabalho, a religiosidade cristã, noções de higiene, além da profissionalização. Cada curso tem um mestre e uma coordenadora. Todas as atividades são planejadas com antecedência acontecendo normalmente. O professor é instrutor e amigo dos alunos. Há vários cursos: são de manicure, de produção de doces e salgados, de informática, de auxiliar administrativo, de corte e costura, de técnico de vendas, de almoxarifado, de cozinha, de atendimento de lanchonete e de eletricista. O professor ensina através de protótipos e desenhos na lousa. O material didático é adequado. Na sala de informática tem vários computadores, e numa cozinha industrial são realizadas as aulas de produção de doce, salgado e picolé. A Casa oferece reforço escolar, almoço, merenda, vale transporte, uma bolsa de 75 reais, e o aluno pode se reciclar.

Quanto ao aspecto físico, a Casa é antiga, tem dois andares, uma recepção, um pavilhão central, um restaurante fornece comida para os alunos. A limpeza e manutenção do

prédio são providenciadas pelo Estado. Dispõe também de um auditório com tv e vídeo e de salas para encontros pedagógicos. O aluno tem atendimento odontológico, médico e de prevenção a doenças. Os banheiros masculino e feminino são bem cuidados. Os professores são geralmente ex-alunos, mas fazem parte também do corpo docente técnicos das diversas áreas e fornecidos pelo SENAC.

A Casa do Menino Trabalhador encaminha para emprego através do NITEC(Núcleo de Iniciação ao Trabalho Educativo e Capacitação). Ela é filiada também ao Sine e a Rede Pomar. Localiza-se na avenida Imperador, esquina com a rua Antônio Pompeu, nº 1367.

O espírito de amizade é notório na Casa, todos se conhecem e há igualdade de tratamento. A Casa é bem grande, o prédio é antigo, mas oferece conforto para os alunos.

A Casa é antiga e grande foi muito bem aproveitada e dividida entre as salas de aulas, a cozinha industrial, o restaurante e o almoxarifado ficam embaixo, as demais salas de aulas, sala de informática, diretoria, vídeo e banheiros masculinos e femininos e enfermagem em cima. Tem serviço de dentista, ginecologia, que cuidam da saúde do aluno. Aulas de saúde preventivas e formação para a cidadania. Merenda, almoço, vale transportes e bolsa de 75 reais. Comemora as datas festivas e os aniversários do mês com a participação da comunidade e da família que recebem a visita da assistente social da casa os mantendo a par de tudo e cuidando da família com serviço social e orientação social. Ajuda também com aulas de reforços e anima para os estudos básicos. Seu horário é comercial e funciona em dois turnos. O professor ensina com protótipo e desenho na louça é do SENAC ou ex-aluno do curso e há almoxarifado, cozinha industrial e sala de informática. O ensino é planejado com antecedência e há reunião pedagógica em que são esclarecidos e discutidos as programações de estudos ensinando um ensino moderno. O ensino se dividi em aulas de cidadania, religião, disciplinas básicas como inglês e matemática e a profissionalização. A profissionalização dá uma visão geral básica da área e profissionaliza realmente para o curso proposto que são produção de doces e salgados, picolé, almoxarifado, informática, vendas, auxiliar administrativo, corte e costura, atendimento de lanchonete e eletricitista satisfazendo a exigência do mercado e encaminhando para o emprego. Após iram trabalhar gerando renda para ajudar na família e ajudar na continuação dos estudos. O encaminhamento para o curso começa na sala da assistente social com a companhia dos pais que verifica se o

aluno é da área metropolitana de Fortaleza está estudando, tem entre 17 e 18 anos e o matrícula. Geralmente este aluno vem da periferia de Fortaleza e de famílias humildes buscando uma forma de gerar renda e formação para ajudar sua família. Nisso o curso é muito positivo pois garante uma profissionalização com apoio social e comunitário.

A Casa obedece o Estatuto da Criança e do Adolescente vistoriando o emprego ao menor e suas condições e tenta consolidá-lo nas suas garantias fundamentais. Ela não permite o trabalho ao menor de 14 anos, nem as condições desumanas de trabalho ao maior de catorze e o cumprimento dos seus direitos trabalhistas e educacionais. Vistoria as condições de bem-estar do menor através da assistente social que apoia e orienta a família, ela visita as famílias que participam nas festas comunitárias e obedece legislação profissional, principalmente, e seu lado de oportunidades. O que tem valorizado muito o seu trabalho o tornando mais humano.

Tem apoiado os estudos básicos com aulas de reforço e só matrícula o aluno da região metropolitana de Fortaleza e o que estiver estudando. Os cursos ensinam profissionalização de bastante oportunidade no mercado de trabalho e que ganha até bem com uma boa profissionalização. Ajudando mesmo o aluno humilde no mercado de trabalho.

A profissionalização dada pela Casa é moderna e ampla, com salas especiais ou protótipo. O professor interage de forma amigável com os alunos e os alunos são bastante interessados. O curso é parte principal da profissionalização. Nele há noções de higiene, atendimento e organização. O curso é muito bem ensinado e pretende ensinar também conceitos de cidadania, trabalho, higiene, saúde, segurança de trabalho, e racionalização. Preparando mesmo para uma vida produtiva. A participação da comunidade humaniza o curso mais o calor humano dos trabalhadores. Tem duração de seis meses podendo o aluno repetir. Ao final é lhe dado um diploma e encaminhado para o SINE ou o NITEC que são agência de emprego.

Fiz ainda um levantamento quantitativo e um conjunto de entrevistas com os alunos da Casa, cujos resultados podem ser aferidos a seguir:

A pesquisa sobre a Casa do Menino Trabalhador:

1. Alunos matriculados: 274

Homens – 156	-
Mulheres – 115	-
Famílias engajadas no trabalho da Casa: 274	
2. Cursos oferecidos:	
Lanchonete -	47
Doces e salgados –	42
Vendas –	40
Auxiliar de serviços gerais –	5
Picóle –	8
3. Professores: 7	
Homens –	2
Mulheres –	5
Formação:	
	Técnico - 4
	Superior - 3
Opinião dos professores quanto ao curso:	
À importância da prática e da teoria	3
Gosta do projeto	1
Acredita que o aluno aprende no curso	4
O curso ajudará o aluno	6
Quanto ao professor:	
É amigo do aluno	5
Tem experiência anterior	3
Remuneração(em salários mínimos):	
0-2	2
2...	3
4. Entrevista com alunos, em questões abertas:	
Número de alunos entrevistados - 40	
Idade:	

16 anos - 25	
17 anos - 14	
18 anos - 1	
Sexo:	
Masculino – 30	
Feminino – 10	
Estudando – 38	
Matriculados por Curso:	
Doces e salgados – 5	
Vendas – 14	
Informática – 11	
Eletricista – 12	
Origem:	
Fortaleza 31	
Outros 1	
Opinião quanto aos Cursos:	
Foi fácil conseguir o curso - 27	
Está gostando 40	
Á importância da prática e da teoria 28	
Trabalha 21	
Você aprende e ensina no curso 25	
O curso ensina tudo o que você precisa para o trabalho 36	
Necessita do curso 34	
Gosta de seus colegas 40	
Gosta do professor 40	
Gosta da diretoria 35	
Participa das aulas 40	
Já trabalhou antes 19	
Já fez algum curso antes 24	
O projeto é bom 37	

Para complementar o trabalho fiz ainda algumas "história de vida" de menores da Casa, de modo a exemplificar melhor o que captamos na pesquisa.

a) André Luiz Alves Fassoura, codinome Paulo, 17 anos, faz a oitava série, nasceu em 15/10/85, solteiro, o curso que faz na Casa é Cozinha. Natural de Fortaleza. Pais: Maria Franceselves Alves do Nascimento e Luís Tomás do Nascimento, escolaridade 5ª série e 3ª série, respectivamente a mãe é doméstica e o pai trabalha em posto de gasolina. Renda da família: 200 reais. Ambos nasceram em Fortaleza.

A família é pobre mas vive equilibrada e é unida. Os pais o apóiam. Vivem bem. Sua mãe foi ao conselho tutelar, tomou conhecimento da Casa e o matriculou. Foi fácil arranjar vaga. O curso o atrapalha nos estudos, mas vai ajudá-lo a ingressar no mercado de trabalho. Pretende continuar os estudos. Nunca trabalhou. Tem três irmãs menores. Gosta do curso. É fácil levar os estudos. A Casa não incentiva para os estudos para ela. Os pais são separados mas estão bem.

b) Antônio Felipe Freita Alves Albuquerque, codinome Lucas, 17 anos, faz o 1º grau, nasceu em 05/05/84, solteiro, faz o curso Auxiliar de Almojarifado. Natural de Fortaleza, não trabalha. Pais: Luiz Anacélio Rubens Moreira e Rosa Maria Freitas Albuquerque, também naturais de Fortaleza. Grau de escolaridade dos dois educação 2º grau. O pai é vigilante e a mãe, costureira. Renda familiar 200 reais, mãe, e 100 reais, pai.

A família é pobre mas vive bem. Antônio pretende continuar os estudos. A Casa ajuda nos estudos com reforço escolar, mas ele tem pouca dificuldade nos estudos. Nunca trabalhou. Tem uma irmã de três anos. A Casa ajuda no que se refere ao mercado de trabalho encaminhando para emprego através do Nitec. Pretende conseguir emprego para ajudar em casa e na continuação dos estudos. Família unida. Seus pais o apóiam. Chegou à Casa através de indicação da tia. Foi difícil achar vaga, mas conseguiu por sorteio. Ganha bolsa de 75 reais da Casa. Passa dificuldade financeira, porém vive bem, pois a família é equilibrada. Tem bom relacionamento com os alunos e o professor.

c) Maria Nilas Alves Teles, codinome Carla, 17 anos, cursa a 7ª série, nasceu em 18/07/83, solteira, curso Produção de Picolé, natural de Fortaleza. Pais: José Arin-

tos Teles e Ana Lúcia Souza Alves. O pai é feirante e a mãe é costureira, ele faz a 5ª série e ela, a 8ª. São naturais de Uburetama e Sobral, respectivamente.

Família pobre, renda avulsa e um salário e às vezes passa dificuldade financeira. Os pais são separados. No estudo tem dificuldades em algumas matérias. Nunca trabalhou. Tem três irmãos de 2, 12 e 13 anos. O curso tem ajudado muito. Para fazer o curso tem que estar estudando. Pretende continuar os estudos. Um amigo indicou a Casa e a mãe não teve dificuldade de matriculá-la. Seus pais lhe dão apoio, tendo mais apoio da mãe. A família é unida.

d) Leilane Lima Barros Vieira, codinome Laíza, 17 anos, cursa o 3º grau colegial, nasceu em 17/05/83, solteira, curso de Vendas, não trabalha. Natural de Quixadá. Pais: Ramuindo Vieira de Souza e Francisca Lima Barro Vieira, pai desempregado e mãe professora, os dois naturais de Quixadá. Instrução dos pais: mãe, pedagógico, pai 7ª série. Renda familiar 2 salários mínimos.

Lutou muito na vida junto com a mãe, que é a chefe da casa. Aos 15 anos a filha ensinava e trabalha meio expediente. Nunca passou necessidade. A Casa a ajuda nos estudos e vai ajudá-la a entrar no mercado de trabalho. Pretende continuar os estudos e trabalhar. Veio para Fortaleza à procura de melhores condições de vida, principalmente de estudo.

e) Irisleida Ribeiro Arimatéia, codinome Paula, 17 anos, faz 8ª série, nasceu em 05/10/83, solteira, curso: Doces e Salgados. Pais: Irão Freire de Arimatéia e Leda Maria Ribeiro, ambos desempregados. Educação 2ª e 3ª graus, respectivamente. Renda: só a bolsa do curso. Os dois são naturais de Fortaleza.

Nasceu em Fortaleza, os pais são separados, nasceu em casa. Família pobre. Seus irmãos e ela trabalham. Começou aos 16 anos como vendedora, hoje faz o referido curso, que a está ajudando a se especializar. Está fazendo pela segunda vez. A Casa ajuda nos estudos dando reforço escolar. Para conseguir o curso, o aluno tem que estar estudando em colégio público e morar na região metropolitana de Fortaleza. O valor da bolsa é de 75 reais, mais vale transporte, almoço e merenda o que ajuda muito o aluno. O curso ajuda também o aluno a ingressar no mercado de trabalho.

Possui 8 irmãos, quatro casados, um de 14 anos e outro de 9 anos, que não trabalham, e dois que trabalham num posto de gasolina. O padrasto é vendedor. Uma colega que fazia o curso a indicou. Irisleida passou dificuldades econômicas. O pai é alcoólatra, mas mesmo assim a família é unido. A mãe dá apoio, apesar de o pai viver com outra companheira.

Conclui-se que os alunos da Casa são de família humilde, os pais possuem pouca formação e são trabalhadores. Apesar das desavenças, as famílias são unidas e equilibradas e os filhos têm apoio dos pais. O Estatuto do Menor contribuiu muito para que os menores só trabalhem a partir da idade de 14 anos. Mesmo assim estes jovens têm uma vida sofrida e muitos já passaram dificuldades. A Casa os apóia com uma bolsa de 75 reais, vale transporte, almoço, merenda e serviços sociais como: assistência médica, odontológica, formação para a cidadania e reuniões religiosas. O curso ajuda o aluno a ingressar no mercado de trabalho, dando-lhes uma profissionalização.

Hoje eles estão empregados nas função dos cursos e estudando ajudando a família no orçamento familiar e nos estudos e elas os apoiando. Foram encaminhado aos empregos através do NITEC(Núcleo de Iniciação ao Trabalho Educativo e Capacitação) ou SINE na qual a assistente manda a ficha do aluno e o órgão o encaminha para emprego. A profissionalização os profissionalizou para o mercado de trabalho em função de muitas oportunidades e se ganha até bem. Além de ter ajudado a maioria nos estudos e influenciado a sua continuação.

Percebemos que os alunos gostam do curso, que o projeto é bom e irá ajudá-los a ingressar no mercado de trabalho. A maioria deles está estudando. Grande é a participação masculina, são de família humilde e têm apoio dos professores. O projeto os ajuda na sua formação e na renda familiar e também os apoia com bolsa, lanche e serviços sociais ao qual eles são assíduos.

Percebemos que os alunos e os professores gostam do projeto e são assíduos, que suas famílias são engajadas no projeto. Que foi fácil conseguir o curso. Que a teoria e a prática são importantes e eles aprendem no curso. Alguns trabalham. Já os professores são técnicos e acredita que o aluno aprende no curso e o curso irá ajudá-lo no mercado de tra-

balho. A maioria dos alunos está estudando e são de Fortaleza. A maioria tem dezesseis anos.

A conclusão da pesquisa é que o projeto é muito bom por tratar com calor humano e serviços sociais além de garantir uma profissionalização. A profissionalização da Casa tanto é considerada ótima pelo o aluno como pelo professor além de ter uma ótima prática e teoria e a participação do aluno. E ensina mais os conceitos de cidadania e comportamento de trabalho. O aluno realmente sai garantido com uma profissionalização mais encaminhado ao trabalho e aos estudos. Enfim participa do mercado de trabalho com capacidade. Dando oportunidade de ajudar no orçamento familiar e nos estudos.

Notamos que um verdadeiro país começa na sala de aula que educar é construir uma sociedade mais justa, ensinando a crescer e a construir um futuro melhor para todos colocando nas mãos dos cidadãos seu próprio destino. É formar cidadão que garantam nossa autonomia econômica, política e social. É mais saúde com as prevenções adequadas e saúde física e mental. E qualifica para melhores empregos como a CASA. Que com a sua honrosa educação e incentivo dos estudos pretende formar cidadãos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa do Menino Trabalhador é o espaço onde o menor carente pode encontrar oportunidade para se integrar a uma sociedade organizada de forma injusta. Ao realizar o curso profissionalizante, ele não se integra à sociedade como um menor de classe média ou alta mas evita o caminho da marginalização. Por poder colaborar com o orçamento doméstico e se ocupar positivamente, o menor também melhora seu desempenho na escola e busca uma integração positiva na sociedade, evitando assim a marginalização, que é o caminho fácil de quem se sente diferenciado.

A sociedade deveria proporcionar duas coisas ao trabalhador: educação integral e trabalho. Deveria, portanto, ser saudável e próspera, investindo em trabalho e educação. Não de forma a tornar-se uma sociedade de oportunistas, mas uma sociedade com oportunidades educativas e de trabalho.

Ainda não surgiu uma sociedade justa, que proporcione uma vida plena, com liberdade, sem discriminação. É uma utopia perseguida pela humanidade e só poderia ser alcançada através de políticas sociais, possivelmente patrocinada pelo Estado. O cidadão moderno não tem tempo de pensar no bem comum, e quando o faz não tem condições de realizar. Ele delega ao Estado, que pouco realiza. Recentemente organizações não governamentais (ONGs) estão assumindo essa tarefa de forma a nos trazer um pouco de otimismo.

Concluimos que a Casa realmente realiza a que se propõe com grandes exatos por ser um trabalho realizado com zelo, calor humano, com cidadania e com a participação da comunidade. Profissionalizando em cursos de muita oportunidade no mercado e o inserindo no mercado de trabalho.

Incentivando o jovem ao trabalho e o capacitando. O jovem aprende a ter posturas trabalhista e o curso incentiva ao estudo com aula de reforço e só aceita jovem que estiverem estudando. Unindo o trabalho aos estudos. No curso ele apreende a ter iniciativa, poder de decisão, senso de responsabilidade, organização, planejamento e amadurece pessoalmente. Observando que são jovem da periferia, ou seja, pobres sendo muito fácil numa idade rebelde como a adolescência seguir o caminho da marginalidade. Este curso ajuda o alu-

no a amadurecer o capacitando profissionalmente. Além disso a família recebe apoio do curso, participando do curso. O tornando mais humano. Na Casa todos são amigos e os problemas resolvido com amizade e paciência educacional. O curso apoia com serviços sociais. O curso ainda encaminha para emprego através do NITEC.

A Casa obedece ao Estatuto da Criança e do Adolescente combatendo o trabalho infantil. Luta está bastante adiantada mas ainda falta muito a conquistar, pois o trabalho infantil consome a infância brasileira.

No entanto, a Casa tem falha pois não prepara o adolescente para o mercado de trabalho próprio da época da terceira revolução industrial, ou seja, prepara apenas para emprego de baixa rentabilidade. Embora o maquinário seja bom e o curso atualizado prepara para funções que não vão inserir nas condições exigida pelo o mercado de trabalho sofisticado. Ele apenas é munido parcialmente, mas não participa e nem cria iniciativa para o trabalho e não abstrai conhecimento. Formando força de trabalho barata.

6. BIBLIOGRAFIA

- ADUFC. *Fortaleza, cidade fragmentada*. Fortaleza: ADUFC, 1996.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais do simpósio sobre o ensino profissionalizante*. Brasília: Câmara dos deputados, 1982.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da et al. *Brasil. Criança. Urgente*. São Paulo: Columbus, 1990.
- CUNHA, Luíz Antônio Rodrigues. *Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio*. Rio de Janeiro: Eldorado, s.d.
- DAL-ROSSO, Sadi; RESENDE, Mara Lúcia S. *As condições de emprego do menor trabalhador*. S.l. Thesaurus, 1985.
- ECHEVARRÍA, José Medina et al. *Desenvolvimento, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben. *O trabalho e a rua: criança e adolescente no Brasil urbano dos anos 80*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- FERREIRA, Benedito Genésio. *Um mundo "menor" no maior: um estudo do trabalho do menor na indústria de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 1983.
- FRANCO, Luíz Antônio de Carvalho. *A escola do trabalho e o trabalho da escola*. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- FRIGOTTO, Gaudência. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FUNABEM. *Funabem: 20 anos*. Rio de Janeiro: FUNABEM, 1984.
- GADELHA, Maria das Graças Sá. *Resistências e dificuldades dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Gestão e Controle de Políticas Públicas*. Fortaleza: UFC, 1996.
- GOMEZ, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Habilitação Básica*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará. S.d.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *O menor na região metropolitana de Fortaleza*.

- Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1982.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- KUENZER, Acácia Zeneida et al. *Trabalho e educação*. São Paulo: PAPIRUS, 1992.
- _____. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. *Educação e divisão social do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1982.
- MACHADO, Lucília R. de Souza et al. *Politecnia no ensino Médio*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MEC. *Habilitação profissionais no ensino do 2º grau*. Brasília: MEC, 1972.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Uma nova opção para o ensino profissionalizante: a habilitação básica*. Brasília, 1978.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Um grande país começa na sala de aula*. S.l.; Ministério da Educação, 1995.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *O Estatuto da criança e do adolescente*. Fortaleza; Ministério da Justiça, 1998.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1988.
- NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, saber e produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez, 1990.
- OLIVEIRA, Alberto. *Juventude e Crise na educação*. S.l. s.e. s.d.
- PARO, Vitor Henrique. *Escola e formação profissional*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- PINHEIRO, Antônio dos Santos. *O adolescente trabalhador institucionalizado: um estudo sobre disciplinamento do corpo pelo trabalho*. Fortaleza: UFC, 1997.
- PINO, Mauro Augusto Burkert Del. *Educação, trabalho e novas tecnologias*. Pelotas: UFPel, 1997.
- PIRES, Aníbal et al. *FEBEMCE: discurso e realidade*. Fortaleza: CETREDE, 1981.
- PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação*. 4ª .ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SPINDEL, Cheywar R. *Crianças e adolescentes no mercado de trabalho, família, escola e empresa*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SUDEC. *O menor na região metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza: SUDEC, 1982.

WARDE, Mirian Jorge. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. 3^o ed. São Paulo: Moraes, 1983.

UNICEF. *Ano internacional da Família*. Rio de Janeiro: Unicef, 1994.